



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A PRÁTICA DOCENTE E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Antonia Angela de Lima (angelaxavieroliveira@hotmail.com)¹

Raimunda Tania Pinheiro de Oliveira (t.biologa@gmail.com)²

Anne Sullivan University

RESUMO: A política de inclusão escolar no Brasil se revela como importante, necessária e urgente. No entanto, seria irresponsável tratar do problema de forma tão simplificada no sentido de não considerar as diversas ações que esta prática envolve. Entende-se, assim, que a prática docente inclusiva não se limita apenas a atuação do professor, mas, principalmente, ao desenvolvimento de uma política social que construa as condições sociais, econômicas e culturais para que tal ação se desenvolva a contento. Assim sendo, esta pesquisa tem por objetivo desenvolver um raciocínio onde a prática docente aponte no sentido da inclusão desde que, sejam desenvolvidas ações que superem as limitações sociais, estruturais, culturais e econômicas na qual os ambientes escolares estão inseridos. Neste sentido, a pesquisa busca responder o seguinte problema: sabe-se que o processo de inclusão escolar aponta para a solução de um problema necessário e urgente, mas que, não depende exclusivamente do educador, mas sobretudo de políticas públicas que superem o problema da infraestrutura deficitária, da formação docente ineficiente, de uma cultura marginalizadora, e de uma realidade social desigual, injusta e excludente. Diante destes aspectos, teria sentido falar em processo de inclusão escolar quando a realidade social e política que orbita em torno do tema é excludente por si só? A pesquisa vai demonstrar que, muito embora o processo de inclusão escolar dependa de outras ações que estão no seu entorno, há de se considerar sua importância e necessidade no sentido de, por estas ações, instigar a superação de todos os outros, igualmente importantes, e que precisam ser desenvolvidos para que o processo de inclusão se dê de forma eficiente dentro do contexto educacional e social brasileiro.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Prática docente. Realidade social.

ABSTRACT: The school inclusion policy in Brazil is revealed to be important, necessary and urgent. However, it would be irresponsible to address the problem so simplified form in order not to consider the various actions that this practice entails. It is understood, therefore, that the inclusive teaching practice is not limited to teacher performance, but mainly the development of a social policy that builds the social, economic and cultural conditions for such action to develop satisfactorily. Thus, this research aims to develop a rationale where the teaching practice point towards inclusion since, actions are developed to overcome the social, structural, cultural and economic constraints in which school environments are inserted. In this sense, the research seeks to answer the following problem: it is known that the process of school inclusion points to the solution of a necessary and urgent problem, but that does not depend solely on the teacher, but above all public policies that overcome the problem of deficient infrastructure, inefficient teacher training, a marginalizadora culture, and an unequal social, unfair and exclusionary. Considering these aspects, it would have sense to talk about school inclusion process when social and political reality that revolves around the theme is exclusive by itself? The research will show that, although the process of school inclusion depends on other actions that are in your environment, we must consider its importance and necessity in the sense, by these actions, instigate overcoming all others, equally important, and that need to be developed so that the process of inclusion to give efficiently within the Brazilian educational and social context.

Keywords: School inclusion. teaching practice. social reality



1. INTRODUÇÃO

É fato que o processo de inclusão escolar faz parte do contexto histórico de movimentos sociais, pois está ligado ao processo de luta por igualdade, ao direito ao acesso da pessoa com deficiência em qualquer espaço ou serviço. Porém há de se refletir que esta ainda é uma luta contínua, pois o direito a educação e o acesso à escola não deve ser visto apenas como um cumprimento jurídico, mas como um processo favorável em que realmente haja inclusão e não, apenas, a matrícula de um aluno deficiente na escola.

Garantir a matrícula de um aluno deficiente é uma vitória, mas inserir este aluno no contexto escolar para uma efetiva participação é ainda, um desafio. Vale ressaltar que o discurso de inclusão já existia na década de 70, mas hoje, quase quarenta anos após, ainda nos defrontamos com limitações dos mais variados níveis que emperram esse processo, principalmente na rede pública de ensino.

Assim devemos levar esta reflexão a outro ponto crítico que é a formação do professor e sua preparação para receber estes alunos na escola. Devemos, portanto, nos perguntar se de fato há um processo de formação eficaz para que os professores saibam lidar com esses alunos e suas deficiências, assim como também, deve-se perguntar se estes mesmos professores estão aptos a fazerem uma abordagem educativa que realmente incluirá estes alunos na sala de aula e na escola.

É importante abordar ainda a questão da inclusão e o que significativamente é inclusão escolar e se esta não está mais para a exclusão. Pois, com a criação de políticas públicas em inclusão escolar, a demanda do público deficiente aumenta, mas no cenário educacional brasileiro, principalmente do ensino público, encontramos diversas barreiras e uma delas é a capacitação dos professores que não maioria das vezes não estão aptos a receber este tipo de público.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Em meados do século XVIII, as pessoas com deficiência eram totalmente ignoradas por serem incapazes, ou devido ao fanatismo religioso. Mas é no século XIX, principalmente na Europa que surgem as primeiras reflexões acerca do assunto. Posteriormente, expande-se pelo Canadá e Estados Unidos e depois para outros países, como o Brasil.

Em 1980, nos Estados Unidos, surge o movimento pela inclusão escolar. Este movimento surge com o intuito de refletir a qualidade de ensino de um sistema único para pessoas deficientes



ou não. Já no Brasil, surge em 1854, criado por Dom Pedro II, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, uma das primeiras escolas no mundo para cegos, que hoje é conhecido como Instituto Benjamin Constant (IBC) e é situado na cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, nasce também na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Surdos-mudos, conhecido hoje como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Ambos institutos surgem ainda de forma restrita, mas que hoje atende uma vasta demanda de cegos e surdos.

Ainda no Brasil, em 1883, surge o I Congresso de Instrução Pública, que tinha como foco diversas abordagens educacionais, mas dentre elas, a formação de professores para cegos e surdos. Mas apesar dessa reflexão, o ensino público ainda era muito frágil e pouco apto a receber este público. Haviam ainda, algumas escolas que ofereciam atendimento a alunos com deficiência mental. No entanto, no século XX, foram surgindo outras instituições e reflexões acerca da temática, mas para a economia do país, a inclusão era irrelevante.

Porém, em 1990, com a mudança do pensamento da sociedade, surge no Brasil o termo inclusão, que outrora era desconhecido ou não mencionado. Assim nascem as primeiras escolas inclusivas e uma nova reflexão acerca da interação social. O século XXI traz consigo uma maior reflexão sobre as superações de dificuldades enfrentadas por deficientes no processo de inclusão escolas.

Esta reflexão, no entanto, não aconteceu somente nos Estados Unidos ou no Brasil, mas em uma esfera global, em que houveram grandes discussões sobre propostas de inclusão. A Organização das Nações Unidas (ONU), a UNESCO, UNICEF e o PNUD defendiam as reflexões. Em 1990, surge a Conferência Mundial de Educação Para Todos, na Tailândia. Em 1994, surge em Salamanca, na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educacionais, a Declaração de Salamanca, que tem como objetivo refletir sobre as políticas de inclusão educacional.

2.1 Uma reflexão sobre as políticas de educação inclusiva

A educação especial, na atualidade, tem como proposta de ensino para todos os níveis e modalidades da educação brasileira. No entanto, é sabido que nem sempre foi assim, pois alcançar este pleito houve muita luta de conscientização da sociedade. Outrora, as teorias acerca da pessoa com deficiência eram segregadoras, principalmente no âmbito educação, pois a pessoa com deficiência era vista com inútil e incapaz.



Entre o processo de exclusão e inclusão houve um longo caminho de lutas sociais. Até chegarmos na situação atual, houve um processo de luta e conscientização de forma global. Mas o nosso sistema de educação ainda está fragilizado em ambos lados, tanto na parte da formação de professores quanto na parte de suporte escolar.

De fato, a realidade atual da educação de crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no país se caracteriza por um sistema dual, onde, de um lado, existe uma forte estrutura caracterizada pelo assistencialismo filantrópico, com patrocínio difuso de várias instâncias do poder público, e, de outro, uma estrutura educacional fragilizada, que vem sendo incitada a abrir espaço para a educação dessa parcela da população [...]. É papel do poder público privilegiar o investimento de recursos e materiais em serviços públicos capazes de oferecer apoio e suporte às escolas comuns a fim de melhorar a qualidade do ensino para todos. O investimento em instituições filantrópicas não se reverte neste benefício. (MATOS, 2012 p. 43)

O que se percebe é que há a obrigação de receber estes alunos nas escolas de ensino regular, mas o que encontramos é um ensino fragilizado, que na maioria das vezes não atende as necessidades especiais destes alunos, que ficam novamente segregados a margem da sociedade e da educação.

Praticamente em todos os âmbitos, a inclusão escolar do público alvo da Educação Especial foi incorporada como “política de Estado”, desde o governo federal até a maioria dos municípios do país [...]. Isto tem resultado na entrada de um número cada vez maior desses educandos no ensino regular. Faz-se necessário reconhecer os inegáveis avanços em direção à garantia do direito desses estudantes à educação no Brasil atual e a expansão quantitativa do acesso à escola pela clientela da educação especial. Os dados do Censo Escolar 2010 apontam 702.603 matrículas da educação especial, sendo possível encontrar 218.271 destes alunos nas classes e escolas especiais e 484.332 nas classes comuns. Ao todo, 75,8% destas matrículas foram efetivadas nas escolas públicas e 24,2%, nas escolas privadas [...]. Entretanto, analisando criticamente as recentes legislações e os dados oficiais, observa-se seu atrelamento ao ideário neoliberal, pois, se, por um lado, constatam-se os inegáveis avanços em direção à expansão quantitativa do acesso à escola pela clientela da educação especial brasileira, por outro permanecem: a escassez de oferta de serviços para atender a estimativa de seis milhões de pessoas com deficiência, sendo três milhões em idade escolar; o insucesso no desempenho escolar dessa clientela, e o incentivo explícito à iniciativa privada, que ainda hoje é responsável por parcela significativa das matrículas [...]. (MATOS, 2012 p. 43)

A educação brasileira hoje tem um grande desafio que garantir o acesso das pessoas com deficiência no ensino regular de forma eficiente em que a inclusão seja cumprida. Pois é direito da pessoa com necessidade especial está hoje assegurado por diversos tratados, decretos e leis, que asseguram o acesso destas pessoas na escola.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A Convenção da ONU de 2006, que elevou o tema dos direitos humanos ao nível de tratado internacional, surgiu para promover, defender e garantir condições de vida com dignidade para as pessoas com alguma deficiência e assegurar a emancipação dos cidadãos e cidadãs do mundo que apresentam essa condição. Acessibilidade, segundo a Convenção, significa acesso das pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, à habitação e aos serviços de uso público, a fim de possibilitar-lhes viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida. Isso implica em: a) garantia do livre acesso das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida aos diferentes componentes da vida comunitária, visando à sua plena integração à sociedade e consolidados direitos sociais; b) possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. [...] A Convenção considera que, se não houver acessibilidade, há discriminação, condenável do ponto de vista moral e ético e punível na forma da lei. (MATOS, s/d p. 45)

3 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Como referenciado na introdução, o processo de inclusão escolar não se restringe apenas à atuação do educador, mas também de uma infraestrutura no que tange à sua formação, a realidade social e econômica marginalizadora e excludente, à infraestrutura escolar ineficiente dentre tantas outras limitações. No entanto, Independentemente destes limitadores, o professor, deve estar preparado para receber este tipo de público, principalmente na rede pública de ensino. Resta, portanto, ao educador desenvolver o milagre do conhecimento dentro de uma realidade inclusiva a partir dos limitados aportes que possui, a partir até mesmo de sua formação, conforme assevera Barros (2012):

[...] os professores devem, assim - em seus planejamentos, metodologias, escolha de conteúdos e formas de avaliação – promover uma aprendizagem significativa para os sujeitos com deficiências, a partir de suas particularidades e histórias pessoais, são desafios que acabam ganhando proporções ainda maiores e complexas quando as escolas não contam com recursos pedagógicos adaptados ou, quando da existência destes, não sabem como utilizá-los. (BARROS, 2012 p. 944)

Como se vê, o processo de educação inclusiva envolve uma gama de ações que estão além da atuação do professor e que deste não depende a solução. Se faz, portanto, necessário que se faça uma abordagem correta, pois este só poderá realizar algo de acordo com o recursos e apoio da escola, assim como também, só poderá ter uma abordagem eficaz de acordo com a sua formação.

Nesse sentido, a díade formação de professores e inclusão de alunos com deficiência em classes regulares deve ser alimentada de forma a garantir um trabalho de mão dupla, ou seja, que contemple não apenas os alunos ditos normais – para os quais o processo de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ensino e aprendizagem, na sua maioria, é voltado -, mas também aos alunos com Necessidades Educativas Especiais, atendendo às suas necessidades enquanto alunos, mas, principalmente, enquanto sujeitos que devem ter desenvolvidas a sua autonomia e habilidades. (BARROS, 2012 p. 945)

A reflexão desenvolvida pelo autor revela um outro problema que aponte para a questão social. Na medida em que se faz inclusão na escola se faz também o resgate da situação social do aluno uma vez que este, antes de ser aluno é um sujeito inserido na sociedade como qualquer outro, devendo, portanto, ter seus direitos garantidos no processo de ensino e aprendizagem. Deste modo, o educador quando no desenvolvimento de suas atividades no ambiente escolar, deve estar ciente da relação aluno-professor para que haja uma boa organização entre ensino-aprendizagem.

No entanto, o processo de ensino-aprendizagem é dificultado frente ao processo de inclusão em que o professor terá na sala dois tipos de aluno: os que não possuem necessidade educacional especial e os que possuem. Com isso, encontramos a grande dificuldade e fragilidade no processo de inclusão escolar, pois o que encontramos na maioria das vezes, são professores despreparados para determinado tipo de ensino. Porém está dito que estes profissionais não possuem formação, mas que não possuem formações na área que o aluno necessita, pois cada deficiência exige uma formação e qualificação diferente. Ainda é necessário relatar a fragilidade na necessidade que há em uma sala de apoio que de fato vá atender as necessidades especiais.

A viabilização da inclusão nas escolas regulares exige não somente professores especializados, mas que as salas de apoio sejam uma realidade e explicam que esse professor não necessita ser exclusivo de uma escola, podendo atender a um grupo de escolas, mas deve ser especializado e saber realizar avaliações, organizar sistemas de trabalho, avaliar sua eficiência, avaliar problemas de comportamento e definir estratégias. (BARROS, 2012 p. 950)

É necessário, portanto, que a escola esteja prepara e equipada para receber esse público alvo. Por mais que haja professores qualificados a atender as necessidades desses alunos, a escola também deve dá suporte para que a inclusão seja de fato concretizada. Caso contrário, se não houver o apoio escolar, de nada servirá a formação do professor e ao invés da inclusão, a escola estará fazendo uma exclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Com base no que foi exposto, há muito o que se refletir acerca do processo de inclusão escolar e da formação de professores para a inclusão escolar, uma vez que o nosso sistema de ensino ainda é fragilizado desde a formação do professor até o espaço escolar que pouco favorecem aos alunos com necessidades especiais.

Os estudos têm mostrado que o processo de inclusão escolar no Brasil está em fase de construção uma vez que depende de ações políticas eficientes que apontem para a superação das questões que estão no entorno do problema e que só serão conquistadas através das lutas sociais, revelando que ainda há muito o que fazer para que haja um ensino concreto e que não segregue este público. Constatam-se, assim, as limitações diversas que o processo de inclusão esbarra dentro das organizações escolares, significando dizer que elas ainda são deficientes, mas que estão em processo de evolução. A organização educacional, portanto, diante desta realidade limitadora e das dificuldades que sua ação envolve, deve buscar de forma contínua ações que melhorem e facilitem o processo de ensino, dando apoio e suporte para a formação de professores e para as escolas.

As escolas por sua vez, necessitam de um amplo investimento para a melhoria do acesso as pessoas com necessidades especiais. Mas é fato que as melhoras só acontecerão através das lutas sociais e da conscientização da sociedade para uma formação melhor de professores e também a conscientização de um melhor acesso e inclusão.

REFERÊNCIAS

BARROS. Keila Rocha Santos. **Desafios e dificuldades na formação do professor diante de alunos com deficiência inseridos em salas regulares.** Disponível <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/formacaooucontnuada/desafiosedificuldadenaformacao.pdf>>. Acesso: 10 de maio de 2016.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: Acesso em: 12 de maio de 2016.

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf>.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Nacionais Curriculares. Arte. Brasília, DF, 1998.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

MATOS, Selma Norbert. A PROPOSTA DE INCLUSÃO ESCOLAR NO CONTEXTO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/2889/2571>>.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Possibilidades de histórias ao contrário ou como desencaminhar o aluno da classe especial.** Plexus, Editora, 2004. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=Vp2KZiZy2SoC&printsec=frontcover&source=gb_s_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso: 10 de maio de 2016.

SOUSA, Oscar C. Aprender e ensinar: significados e mediações. In: TEODORO, António e VASCONCELOS, Maria Lúcia (orgs). Ensinar e aprender no ensino superior: por uma epistemologia da curiosidade na formação universitária. 2ª edição. São Paulo: Mackenzie/Cortez, 2005